

Ajuda do PMDB garante projetos do governo para 92

Brasília — Aldori Silva

BRASÍLIA — Uma aliança com o PMDB garantiu ao governo sua mais importante vitória na Comissão Mista de Orçamento. Todos as propostas de investimento para 1992, sejam projetos novos, como a construção de 900 Ciacs, ou já em andamento, como a hidrelétrica de Xingó, têm garantidos 75% dos recursos propostos. Em reunião tumultuada que durou quase sete horas, a Comissão aprovou por 60 votos contra apenas 20 emenda do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), defendida pelo líder do partido, Genebaldo Correia (BA), que restringe o remanejamento dos recursos de um projeto para outro, na mesma área, a apenas 25% das verbas.

Como as regras estabelecidas no relatório preliminar já garantem ao governo o uso de créditos suplementares no valor de 20% a 30% para cada projeto, sem a autorização prévia do Legislativo, na prática o governo pode repor integralmente os recursos previstos na proposta de orçamento. "Isto é a volta do regime autoritário, quando o Congresso apenas carimbava o orçamento proposto pela União. É um absurdo o parlamento aceitar uma autolimitação que não lhe permite opinar sobre as prioridades para o país", protestou o vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES). Ele é o autor da emenda que dava total liberdade aos parlamentares para redistribuir as verbas dos projetos

novos. Apesar do apoio dos partidos de esquerda, sua proposta foi derrotada.

A redação original da emenda Cid Carvalho limitava as alterações no orçamento a 25% dos recursos previstos no montante global de cada setor, o que permitia cortes diferenciados nos projetos. O texto colocado em votação, porém, suprimiu a expressão "montante global". Essa modificação não permite mais cortes diferenciados em cada projeto.

A emenda que garantiu a modificação no texto foi feita fora dos prazos regimentais. O regimento estabelece que qualquer alteração que implique mudança de conteúdo só pode ser feita antes da apresentação do relatório preliminar, o que já fora feito pelo relator João Alves (PFL-BA). Os parlamentares de esquerda protestaram. "Enfiaram um gato nas regras do orçamento e eu vou botar esse gato para miar", gritou o líder do PT, deputado José Genoíno (SP). "Quero saber se foi distração ou uma modificação deliberada para alterar o conteúdo da proposta", exigiu Paulo Hartung.

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), decidiu que se tratava de uma emenda de redação. "Vou recorrer desta decisão ao plenário do Congresso", anunciou Genoíno, irritado e suando muito. "Essa modificação é inconstitucional, pois a

Carta de 1988 nos garante liberdade de emendar", sustentou o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE). No voto, porém, o governo ganhou o apoio do PDT. "O gato já passou mesmo, então eu voto a favor da emenda para defender os Ciacs", alegou o líder Vivaldo Barbosa (RJ).

As esquerdas suspeitam que o líder do PMDB, Genebaldo Correia, e o deputado Cid Carvalho, tenham acertado com o governo a liberação de recursos para emendas do orçamento que são de seu interesse. Parlamentares do próprio PMDB reforçaram a suspeita. "Nunca vi erro tão grande. Isto nos deixou sem nenhuma massa de manobra para emendar o orçamento", comentou o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), após a votação. "Só pode ter havido uma grande negociação", insinuou em conversa no plenário.

A hipótese do acerto entre o PMDB e o governo surgiu da redação do acordo. Nas negociações de segunda-feira, o PMDB havia proposto a fixação de um teto de 15% nas emendas que remanejassem recursos de obras já iniciadas, independente de serem ou não obras federais. Ontem, no entanto, o texto levado à votação propunha o mesmo teto para "investimentos que estejam nominalmente identificados para estados e municípios".



Genebaldo (D) fez manobra para aprovar emenda que limita modificações no orçamento